

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 522.374 - DF (2019/0211422-0)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : VALDETE PEREIRA DA SILVA ARAUJO DE MIRANDA
ADVOGADO : VALDETE PEREIRA DA SILVA ARAÚJO DE MIRANDA - DF030816
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS
PACIENTE : FABIO NUNES DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de **FÁBIO NUNES DOS SANTOS**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios** no **HC n. 0711675-83.2019.8.07.0000**.

Depreende-se dos autos que o paciente, em 21/5/2019, foi denunciado como incurso no art. 306 da Lei n. 9.503/1997 porque, supostamente, conduzia veículo automotor estando com a capacidade psicomotora alterada em razão da ingestão de álcool.

Recebida a denúncia, a Defesa impetrou **writ** perante a eg. Corte de origem indicando como autoridade coatora o delegado titular da 5ª DPDF e requerendo a concessão da ordem de trancamento do inquérito policial até o trânsito em julgado do Processo Administrativo n. 113-00013702/2019, em trâmite no Núcleo de Defesa Prévia do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER/DF). A ordem foi denegada pelo d. Juízo de primeiro grau (fls. 150-153).

Irresignada, ajuizou o prévio **mandamus** perante o eg. Tribunal **a quo**, que denegou a ordem, conforme v. acórdão de fls. 44-48 assim ementado:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL POR FALTA DE JUSTA CAUSA. INVIABILIDADE. LASTRO PROBATÓRIO MÍNIMO PRESENTE. DENEGAÇÃO DA ORDEM.

Superior Tribunal de Justiça

1. O trancamento da ação por meio de habeas corpus somente pode ser admitido quando evidenciada, de plano, sem necessidade de incursão na matéria fático-probatória, a ausência de justa causa para a instauração da persecução penal, entre outras razões, pela atipicidade do fato, hipótese que não se mostra presente na espécie.

2. Ordem denegada.

Neste **habeas corpus**, alega a impetrante que o teste do etilômetro é falível, razão pela qual o paciente deveria ter sido submetido ao exame de sangue por ele solicitado, o que lhe foi negando, em clara violação do princípio da ampla defesa.

Acrescenta que a lavratura do auto de prisão em flagrante deu ensejo ao início tanto da ação criminal quanto do processo administrativo, razão pela qual os feitos se comunicariam e, uma vez demonstrada a falha no aparelho na esfera administrativa, estaria demonstrada a ausência de materialidade da conduta.

Invoca o princípio da não culpabilidade.

Afirma haver urgência no deferimento da medida liminar, tendo em vista a designação de audiência para oferecimento da suspensão condicional do processo para o dia 29/7/2019.

Sustenta que o mencionado benefício é uma punição que, se aplicada ao caso, condicionará o paciente imediatamente ao cumprimento de determinadas medidas às quais não deveria estar restrito, tendo em vista sua inocência.

Requer, assim, a concessão da ordem, inclusive liminarmente, para que a audiência designada seja suspensa até o trânsito em julgado do processo administrativo.

O pedido liminar foi **indeferido** pela Presidência às fls. 158-160.

Informações prestadas às fls. 163-351.

O Ministério Público Federal, às fls. 355-359, manifestou-se pelo não conhecimento do **habeas corpus**, conforme parecer assim ementado:

Superior Tribunal de Justiça

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CONHECIMENTO. EMBRIAGUEZ AO VOLANTE. TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. FALHA DO APARELHO ETILÔMETRO E IMPERÍCIA DO AGENTE DE TRÂNSITO. NÃO COMPROVAÇÃO. INDÍCIOS SUFICIENTES PARA O OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO.

- Não se conhece de habeas corpus impetrado contra ato judicial passível de impugnação pela via do recurso próprio.

- O Tribunal de origem concluiu ser inviável o trancamento prematuro da ação penal através de habeas corpus, uma vez que presentes indícios de que o paciente praticou o delito de embriaguez ao volante ante os depoimentos colhidos na fase inquisitorial e do exame realizado, reservando-se à regular instrução judicial para a apuração da responsabilidade penal do réu.

- Não se encontra presente qualquer das hipóteses aptas a autorizar o encerramento precoce da persecutio criminis. Ademais disso, no prosseguimento da ação penal, terá o recorrente garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, podendo alcançar, se for o caso, a absolvição pretendida por meios adequados e não pela via do remédio heroico.

- O acolhimento da tese defensiva, no tocante à alegação de falha do aparelho Etilômetro e a imperícia do agente de trânsito, demandaria, necessariamente, amplo reexame da matéria fático-probatória, procedimento incompatível com a via estreita do habeas corpus.

- Parecer pelo não conhecimento do habeas corpus."

É o relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Superior Tribunal de Justiça

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. Assim, incabível o presente **mandamus**, porquanto substitutivo de recurso ordinário.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, no entanto, passa-se ao exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Inicialmente cumpre destacar que o fato de o paciente ter recebido o benefício da suspensão condicional do processo, conforme informado às fls. 294-302, não obsta a apreciação deste **writ** porque, se descumpridas as condições impostas pelo d. Juízo, a ação poderá retomar o seu curso normal.

Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. FURTO SIMPLES TENTADO. PEDIDO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. IRRELEVÂNCIA. RÉU PRIMÁRIO. BEM AVALIADO EM R\$ 45,00. VALOR INFERIOR A 10% DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE. INEXPRESSIVA REPROVABILIDADE DA CONDUTA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Contudo, ante as alegações expostas na inicial, afigura-se razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

2. O fato de o paciente ter recebido o benefício da suspensão condicional do processo, não obsta a apreciação do writ, que objetiva o trancamento da ação penal, porque, se descumpridas as condições impostas pelo

Superior Tribunal de Justiça

Juízo, a ação penal poderá retornar o seu curso normal.

3. No caso concreto, o furto de três garrafas de vinho, marca Sangue de Boi, de um supermercado, foi praticado no dia 17/5/2014, quando o salário mínimo estava fixado em R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro). Nesse contexto, seguindo a orientação jurisprudencial desta Corte, o bem subtraído, avaliado em R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais), é considerado ínfimo, por não alcançar 10% do salário mínimo vigente à época dos fatos. Precedentes.

4. Analisando as circunstâncias do caso concreto - em que o valor do bem subtraído não ultrapassa 10% do salário mínimo, não está descrita qualificadora na denúncia e o réu é primário - não se identifica especial reprovabilidade da conduta, devendo incidir, na espécie, o princípio da insignificância.

Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para reconhecer a atipicidade da conduta pela incidência do princípio da insignificância e, conseqüentemente, determinar o trancamento da ação penal" (HC n. 350.564/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, DJe de 10/2/2017).

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. ESTELIONATO MAJORADO NA FORMA TENTADA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. HOMOLOGAÇÃO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. PREJUDICIALIDADE DO PEDIDO. INOCORRÊNCIA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INOCORRÊNCIA. DESCRIÇÃO SUFICIENTE. RECURSO IMPROVIDO.

1. A homologação de suspensão condicional do processo não torna prejudicado pleito de trancamento da ação penal, porquanto descumpridas as condições impostas, a ação penal pode ser retomada. Precedentes.

2. Orienta-se a jurisprudência no sentido de que o trancamento da ação penal é medida de exceção, possível somente quando inequívoca a inépcia da denúncia e a ausência de justa causa, o que não se verifica na hipótese.

3. É afastada a inépcia quando a denúncia preencher os requisitos do art. 41 do CPP, com a descrição dos fatos e classificação do crime, de forma suficiente para dar início à persecução penal na via judicial, bem como para o pleno exercício da defesa, o que ocorreu na espécie.

4. Na hipótese, a denúncia descreve de modo suficiente que o recorrente, em conluio com o corréu, fez inserir informação falsa em sua CTPS, relativa a contrato de trabalho fictício, inclusive fazendo constar tais dados em guias

Superior Tribunal de Justiça

de recolhimento de contribuições sociais, tudo para ao final postular benefício previdenciário de aposentadoria baseado em relação de emprego hipotética, de forma que mostra-se suficiente a descrição para o exercício da defesa, não havendo que se falar em inépcia da denúncia.

5. *Recurso em habeas corpus improvido*" (RHC n. 44.855/RS, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 22/6/2016).

Observa-se, portanto, que há interesse jurídico a ser apreciado, não havendo que se falar em prejudicialidade do **habeas corpus**.

No que concerne ao trancamento da ação penal, destaco que constitui medida excepcional, justificada apenas quando comprovadas, **de plano**, sem necessidade de análise aprofundada de fatos e provas, **inépcia da exordial acusatória, atipicidade da conduta, presença de causa de extinção de punibilidade ou ausência de indícios mínimos de autoria ou de prova de materialidade**.

No presente caso, busca-se o trancamento da **ação penal n. 0713216-51.2019.8.07.0001** ao argumento, em síntese, da ausência de justa causa para sua propositura.

No que concerne à justa causa, ressalte-se que o trancamento da ação somente se justifica se configurada, de plano, por meio de prova pré-constituída, diga-se, **a inviabilidade da persecução penal**.

A liquidez dos fatos, cumpre ressaltar, **constitui requisito inafastável na apreciação da justa causa**, pois o exame aprofundado de provas é inadmissível no espectro processual do **habeas corpus** ou de seu recurso ordinário, cujo manejo pressupõe **ilegalidade ou abuso de poder flagrante a ponto de ser demonstrada de plano**.

Com efeito, segundo pacífica jurisprudência desta Corte Superior, a propositura da ação penal exige tão somente a presença de **indícios mínimos** de autoria. Não é exigida certeza, que a toda evidência somente será comprovada ou afastada durante a instrução probatória. Prevalece, na fase de oferecimento da denúncia, o princípio do **in dubio pro societate**:

Superior Tribunal de Justiça

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. FALSIDADE IDEOLÓGICA. DENUNCIAÇÃO CALUNIOSA. PRATICADA POR AGENTE QUE SE SERVE DE ANONIMATO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO CONFIGURADA. ART. 41 DO CPP ATENDIDO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. NÃO COMPROVAÇÃO. INDÍCIOS DE AUTORIA PRESENTES. AUSÊNCIA DE DOLO. NEGATIVA DE AUTORIA. APROFUNDADO EXAME DO ACERVO PROBATÓRIO. INVIABILIDADE NA VIA ESTREITA DO RECURSO EM HABEAS CORPUS. ILEGALIDADE NÃO CONFIGURADA. DECISÃO QUE ANALISA A RESPOSTA ESCRITA. FUNDAMENTAÇÃO EXAURIENTE. DESNECESSIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

I - O trancamento da ação penal constitui medida de exceção, justificada apenas quando comprovadas, de plano, sem necessidade de análise aprofundada de fatos e provas, inépcia da inicial acusatória, atipicidade da conduta, presença de causa de extinção de punibilidade ou ausência de prova da materialidade ou de indícios mínimos de autoria.

[...]

IV - No que concerne à justa causa para a persecução penal, ressalte-se que a liquidez dos fatos constitui requisito inafastável na apreciação da justa causa, pois o exame aprofundado de provas é inadmissível no espectro processual do habeas corpus ou de seu recurso ordinário, cujo manejo pressupõe ilegalidade ou abuso de poder flagrante a ponto de ser demonstrada de plano.

V - Segundo pacífica jurisprudência desta Corte Superior, a propositura da ação penal exige tão somente a prova da materialidade e a presença de indícios mínimos de autoria. Prevalece, na fase de oferecimento da denúncia, o princípio do in dubio pro societate.

VI - No presente caso, é possível verificar a presença dos indícios mínimos necessários para a persecução penal, sendo certo que o acolhimento da tese defensiva - de negativa de autoria - demandaria necessariamente amplo reexame da matéria fático-probatória, procedimento a toda evidência incompatível com a via do habeas corpus e do seu recurso ordinário.

VII - A decisão que recebe a denúncia (CPP, art. 396) e aquela que rejeita o pedido de absolvição sumária (CPP, art. 397), não demandam motivação profunda ou exauriente, considerando a natureza interlocutória de tais manifestações judiciais, sob pena de indevida antecipação do juízo de mérito, que somente poderá ser proferido após o desfecho da instrução criminal, com a devida observância das regras processuais e das

Superior Tribunal de Justiça

garantias da ampla defesa e do contraditório.

VIII - *In casu*, a decisão que analisou a resposta à acusação apontou a existência de indícios mínimos de materialidade e autoria necessários para a persecução penal, de forma sucinta, porém suficiente.

Recurso em habeas corpus desprovido" (RHC n. 103.551/PR, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de 19/11/2018).

"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. INQUÉRITO. LAVAGEM DE DINHEIRO. TRANCAMENTO DAS INVESTIGAÇÕES. EXCEPCIONALIDADE. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE PLANO DE POSSÍVEL CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. Nos termos do entendimento consolidado desta Corte, o trancamento do inquérito por meio do habeas corpus é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito, inocorrentes na espécie.

3. Embora não se admita a instauração de processos temerários e levianos ou despídos de qualquer sustentáculo probatório, nessa fase processual deve ser privilegiado o princípio do *in dubio pro societate*. De igual modo, não se pode admitir que se termine por cercear o *jus accusationis* do Estado, salvo se manifestamente demonstrada a carência de justa causa para o exercício de futura e eventual ação penal.

4. No caso em exame, a teor do que se infere dos autos, verifica-se indícios da prática pelo paciente do delito pelo qual está sendo investigado (lavagem de dinheiro), o que demonstra a necessidade de que o inquérito policial transcorra seu curso, para a completa apuração dos fatos, com a reunião dos elementos probatórios necessários para formação da opinião *delicti* pelo Ministério Público.

[...]

7. Habeas corpus não conhecido" (HC n.

451.905/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 09/10/2018).

"PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. AMBIGUIDADE, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INDÍCIOS DE MATERIALIDADE E AUTORIA. MATÉRIA QUE DEPENDE DE INSTRUÇÃO PROBATÓRIA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Apenas se admite embargos de declaração quando evidenciada deficiência no acórdão recorrido com efetiva obscuridade, contradição, ambiguidade ou omissão, conforme o disposto no art. 619 do CPP.

2. A extinção da ação penal, por falta de justa causa ou por inépcia situa-se no campo da excepcionalidade, pois somente é cabível o trancamento da exordial acusatória por meio de habeas corpus quando houver comprovação, de plano, da ausência de justa causa, seja em razão da atipicidade da conduta supostamente praticada pelo acusado, seja da ausência de indícios de autoria e materialidade delitiva, ou ainda da incidência de causa de extinção da punibilidade.

3. A materialidade e autoria do delito, em concreto, serão aferidas no decorrer da instrução processual, porquanto não identificável de plano a participação de cada acusado, impossibilitando, assim, a absolvição sumária, ressaltando-se, ainda, que o fato de a acusação ter imputado a mesma conduta a vários denunciados não torna a denúncia genérica. Precedentes do STJ.

*4. Embargos de declaração rejeitados" (EDcl no RHC n. 85.172/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 31/10/2018).*

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ASFIXIA. CRIANÇA DE 9 MESES DE IDADE. INDÍCIOS DE AUTORIA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. MODUS OPERANDI DELITIVO. EXCESSO DE PRAZO. DESÍDIA ESTATAL NÃO CONFIGURADA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

1. As instâncias ordinárias, a partir dos elementos indiciários presentes nos autos, concluíram pela existência do *fumus comissi delicti* necessário para a decretação da prisão preventiva do Recorrente, de forma que a revisão desta premissa exigiria aprofundada incursão em matéria fático-probatória, o que não é possível na via estreita do recurso ordinário em *habeas corpus*.

2. Sendo constatada pelas instâncias ordinárias a existência de indícios de materialidade e autoria delitivas, não é possível o trancamento da ação penal pela via excepcional do *habeas corpus*.

3. A prisão preventiva está adequadamente fundamentada na espécie, tendo em vista que as circunstâncias concretas do delito evidenciam a necessidade da constrição cautelar para a garantia da ordem pública - asfixia de criança absolutamente indefesa (9 meses de idade).

4. Não se vislumbra na hipótese a ocorrência de desídia estatal ou retardamento injustificada da ação penal aptos a ensejar o relaxamento da prisão por excesso de prazo.

5. *Recurso ordinário desprovido*" (RHC n. 99.099/SP, **Sexta Turma**, Rel^a. Min^a. **Laurita Vaz**, DJe de 24/09/2018).

No mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do col. Supremo Tribunal Federal:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. EXCEPCIONALIDADE. INOCORRÊNCIA.

1. Quando do recebimento da denúncia, não há exigência de cognição e avaliação exaustiva da prova ou apreciação exauriente dos argumentos das partes, bastando o exame da validade formal da peça e a verificação da presença de indícios suficientes de autoria e de materialidade.

2. **O trancamento da ação penal na via do habeas corpus só se mostra cabível em casos excepcionalíssimos de manifestas (i) atipicidade da conduta, (ii) presença de causa extintiva de punibilidade ou (iii) ausência de suporte probatório mínimo de autoria e materialidade delitivas, o que não ocorre no presente caso.**

3. *Agravo regimental conhecido e não provido*" (HC n. 1.419.18/RS AgR, **Primeira Turma**, Rel^a. Min^a. **Rosa Weber**, DJe de 19/06/2017, grifei).

Superior Tribunal de Justiça

"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. POSSE DE MUNIÇÃO. ALEGAÇÃO DE ATIPICIDADE DA CONDUTA. IMPROCEDÊNCIA. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. O trancamento da ação penal pela via processualmente restrita do habeas corpus só é possível quando estiverem comprovadas, de plano, a atipicidade da conduta, a extinção da punibilidade ou a evidente ausência de justa causa. Precedentes.

2. Não há possibilidade de concessão da ordem de ofício, tendo em vista que os autos não evidenciam teratologia, ilegalidade flagrante ou abuso de poder.

[...]

4. Agravo regimental a que se nega provimento" (HC n. 138.157/MG AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe de 19/06/2017, grifei).

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ALEGADA NULIDADE DO ATO DECISÓRIO QUE SUPOSTAMENTE TERIA DETERMINADO A INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA COM APOIO EXCLUSIVO EM DELAÇÃO ANÔNIMA. INOCORRÊNCIA. EXISTÊNCIA DE FARTA DOCUMENTAÇÃO REVELADORA DE INDÍCIOS DA PRÁTICA DE CRIMES. INSTAURAÇÃO PRÉVIA DE INQUÉRITO POLICIAL PARA EFEITO DA VÁLIDA DECRETAÇÃO DE QUEBRA DE SIGILO TELEFÔNICO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRETENDIDO TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL POR SUPOSTA AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. SITUAÇÃO DE ILIQUIDEZ QUANTO AOS FATOS SUBJACENTES AO PROCESSO PENAL. CONTROVÉRSIA QUE IMPLICA EXAME APROFUNDADO DE FATOS E CONFRONTO ANALÍTICO DE MATÉRIA PROBATÓRIA. INVIABILIDADE NA VIA SUMARÍSSIMA DO PROCESSO DE HABEAS CORPUS. PARECER DA DOUTA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA PELO NÃO PROVIMENTO DO AGRAVO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO" (AgR no RHC n. 126.420/RS Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJe de 15/03/2017, grifei).

Convém observar, ainda, que ausente abuso de poder, ilegalidade flagrante ou teratologia, o exame da existência de **materialidade delitiva** ou

Superior Tribunal de Justiça

de **indícios de autoria** demanda amplo e aprofundado revolvimento fático-probatório, incompatível com a via estreita do **habeas corpus**, que não admite dilação probatória, reservando-se a sua discussão ao âmbito da instrução processual.

Nesse sentido:

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. AUSÊNCIA DE PROVAS SUFICIENTES DE AUTORIA. REEXAME DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. GRAVIDADE DO CRIME. PERICULOSIDADE DA AGENTE. VINCULAÇÃO COM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. NÃO CABIMENTO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. INAPLICABILIDADE DE MEDIDA CAUTELAR ALTERNATIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Inicialmente, com relação às alegações de ausência de indícios de autoria, tal análise demanda o exame aprofundado de todo conjunto probatório como forma de desconstituir as conclusões das instâncias ordinárias, soberanas na análise dos fatos, sobre a existência de provas suficientes para ensejar uma possível condenação do recorrente, bem como a respeito da sua participação na empreitada criminosa, providência inviável de ser realizada dentro dos estreitos limites do habeas corpus e do recurso em habeas corpus, que não admitem dilação probatória.

[...]

Recurso ordinário desprovido" (RHC n. 90.454/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Pacionik, DJe de 24/08/2018).

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. INDÍCIOS DE AUTORIA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. MODUS OPERANDI. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Para verificar se os elementos até então obtidos são suficientes para demonstrar a autoria delitiva, seria necessária ampla dilação probatória, o que é vedado na via

Superior Tribunal de Justiça

estreita do habeas corpus.

2. Para ser compatível com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade quanto a segurança e a paz públicas - e com a presunção de não culpabilidade, é necessário que a decretação e a manutenção da prisão cautelar se revistam de caráter excepcional e provisório. A par disso, a decisão judicial deve ser suficientemente motivada, mediante análise da concreta necessidade da cautela, nos termos do art. 282, I e II, c/c o art. 312 do CPP.

3. O Juiz de primeiro grau, ao indeferir o pedido de liberdade ao réu, manteve a prisão preventiva para garantir a ordem pública, ante a periculosidade do paciente, evidenciada pelo modus operandi por ele empregado - quatro agentes, todos com arma de fogo, e restrição da liberdade da vítima por duas horas, que foi colocada no porta-malas do veículo.

*4. Recurso não provido" (RHC n. 100.760/GO, Sexta Turma, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe de 28/08/2018).*

Firmados esses pressupostos, transcrevo os seguintes trechos do v. acórdão recorrido para delimitação da **quaestio** sob exame (fls. 46-48 - grifei):

"Presentes os requisitos legais, admito a impetração.

Como relatado, pugna a impetrante pelo trancamento da ação penal instaurada em face do paciente, sob o fundamento de ausência de justa causa para a persecução penal.

A tese defensiva não merece prosperar.

O trancamento de ação penal é medida excepcional, somente justificável quando demonstrado, de plano, a atipicidade do fato, a extinção de sua punibilidade ou ainda a ausência de lastro probatório mínimo a embasar a pretensão acusatória.

Na espécie, entretanto, a exordial acusatória oferecida em face do paciente foi recebida, uma vez que respaldada em procedimento policial adequado e isento de vícios aparentes.

Segundo narrado na denúncia, o paciente, no dia 5/5/2019, por volta de 2h, conduzia o veículo HONDA/CIVIC, placa PBP 5553/DF, na DF 003, Km 12, sentido sul, na altura do Shopping Popular, quando foi solicitada sua parada no ponto de bloqueio realizado pelo DER e pela PMDF. O teste de etilômetro foi realizado pelo paciente espontaneamente, o qual atestou positivo na concentração de 0,61 mg/L (ID 9473730).

Tal contexto foi confirmado pelos depoimentos inquisitoriais dos agentes de trânsito (fls. 18/19, ID 9473730) e a ingestão da bebida alcoólica foi comprovada pelo resultado do exame (fl. 33, ID 9473730).

Como se vê, os elementos de informação constantes nos autos

Superior Tribunal de Justiça

da ação penal trazem indícios de que o paciente, nas circunstâncias descritas na denúncia, teria conduzido seu veículo sob o efeito de álcool.

Não há como afirmar, nesse momento inicial, que falta justa causa para a ação penal. Diante dos depoimentos extrajudiciais colhidos no momento do flagrante e do exame realizado, não há nada que demonstre a atipicidade da conduta do paciente.

A alegação de que etilômetro estava defeituoso, que o paciente pretendeu a realização de exame de sangue, o que lhe foi negado, são questões de prova, as quais, como é consabido, não são passíveis de discussão em sede de habeas corpus e serão, ao longo da ação penal, avaliadas e produzidas sob o crivo do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

Assim, é prematuro falar em atipicidade do fato ou falta de lastro probatório mínimo da imputação feita na denúncia. Na verdade, constata-se que a instrução probatória oportunizará a análise do fato em sua totalidade.

(...)

Não sendo o caso de acolher o pedido de trancamento da ação penal, também não é possível conceder a ordem para determinar a suspensão do processo judicial, até a conclusão do processo administrativo, pois, como bem consignado pelo juízo de origem em suas informações, as esferas criminal e administrativa são independentes entre si.

Com essas considerações, hei por bem a ordem de DENEGAR habeas corpus."

Como visto, o eg. Tribunal de origem, ao analisar o **habeas corpus** originário, consignou existirem elementos suficientes para a continuidade da ação penal, salientando a presença, ao menos em tese, da materialidade e da autoria delitivas, bem como ausentes quaisquer causas que justificassem o trancamento da ação penal na via do **mandamus**, como a atipicidade da conduta do acusado.

Destaca-se, nesse sentido, o que foi consignado no v. aresto proferido pela eg. Corte **a quo**, acerca da análise probatória neste momento processual: "*A alegação de que etilômetro estava defeituoso, que o paciente pretendeu a realização de exame de sangue, o que lhe foi negado, são questões de prova, as quais, como é consabido, não são passíveis de discussão em sede de habeas corpus e serão, ao longo da ação penal, avaliadas e produzidas sob o crivo do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal*" (fl. 47).

Desse modo, não se mostra possível, neste momento, discordar

das instâncias ordinárias, principalmente na estreita via do **habeas corpus**, ou recurso em **habeas corpus**, e vislumbrar motivação plausível a justificar o trancamento da citada ação penal por ausência de justa causa.

Ademais, como consabido, a existência de procedimentos cíveis e administrativos não constitui, por si só, empecilho à apuração dos fatos na esfera criminal. Esta Corte Superior, nessa esteira, há muito firmou o entendimento de que são independentes as esferas cível, administrativa e penal:

"PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. 1. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE EXCEPCIONALIDADE. 2. REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP OBSERVADOS. MATERIALIDADE DELITIVA E INDÍCIOS DE AUTORIA NARRADOS. EXISTÊNCIA DE LIAME CAUSAL. 3. AMPLA DEFESA. EXERCÍCIO ASSEGURADO. 4. PROCESSO NO CADE. DESNECESSIDADE DE PRÉVIA APURAÇÃO. INDEPENDÊNCIA DAS ESFERAS. 5. PRESCRIÇÃO PELA PENA EM ABSTRATO. CRIME INSTANTÂNEO. UM DOS RÉUS MAIOR DE 70 ANOS. REDUÇÃO DO PRAZO PELA METADE. 6. IMPLEMENTO DA PRESCRIÇÃO ENTRE OS FATOS E O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. PRESCRIÇÃO PELA PENA MÁXIMA EM ABSTRATO. PUNIBILIDADE EXTINTA. 7. RECURSO PROVIDO EM PARTE, PARA RECONHECER EXTINTA A PUNIBILIDADE DO PACIENTE WILSON DARÉ.

1. O trancamento da ação penal somente é possível, na via estreita do habeas corpus, em caráter excepcional, quando se comprovar, de plano, a inépcia da denúncia, a atipicidade da conduta, a incidência de causa de extinção da punibilidade ou a ausência de indícios de autoria ou de prova da materialidade do delito.

2. A inicial acusatória atende os requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, além de descrever a materialidade delitiva e os indícios de autoria, a revelar a aptidão da denúncia e a presença de justa causa. Estão devidamente narrados os fatos, com a demonstração do liame existente entre os delitos descritos na denúncia e a atuação, em tese, dos recorrentes.

3. "Não pode ser acoimada de inepta a denúncia formulada em obediência aos requisitos traçados no artigo 41 do Código de Processo Penal, descrevendo perfeitamente as condutas típicas, cuja autoria é atribuída ao acusado

Superior Tribunal de Justiça

devidamente qualificado, circunstâncias que permitem o exercício da ampla defesa no seio da persecução penal, na qual se observará o devido processo legal" (HC 339.644/MG, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 08/03/2016, DJe 16/03/2016).

4. O processo penal independe de procedimentos instaurados em outras esferas, haja vista a independência das instâncias. Como é cediço, para oferecimento de denúncia não se faz necessário nem mesmo a prévia instauração de inquérito policial. Constatando-se a tipicidade penal, a materialidade e os indícios de autoria, tem-se a justa causa necessária para a ação penal. Portanto, não há se falar em necessidade de prévia apuração junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

[...]

7. Recurso em habeas corpus provido em parte, apenas para reconhecer a prescrição da pretensão punitiva estatal, em relação ao recorrente WD." (RHC 93.148/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 9/5/2018, grifei).

"CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO FISCAL GARANTIDO POR MEIO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA. CONSTITUIÇÃO DO CREDITO TRIBUTÁRIO INALTERADA. PRESENÇA DE JUSTA CAUSA PARA A PERSECUÇÃO PENAL. INDEPENDÊNCIA ENTRE AS ESFERAS CÍVEL, CRIMINAL E ADMINISTRATIVA. COAÇÃO ILEGAL INEXISTENTE.

1. Em sede de habeas corpus e de recurso ordinário em habeas corpus somente deve ser obstada a ação penal se restar demonstrada, de forma indubitável, a ocorrência de circunstância extintiva da punibilidade, a manifesta ausência de indícios de autoria ou de prova da materialidade do delito, e ainda, a atipicidade da conduta.

2. Nos termos do artigo 93 do Código de Processo Penal, a suspensão da ação penal ante a pendência de discussão acerca do crédito tributário é facultativa. Doutrina. Jurisprudência.

3. Conquanto o débito fiscal tenha sido garantido na origem, o certo é que não se equipara ao pagamento do tributo, razão pela qual não enseja, imediata e obrigatoriamente, o trancamento da ação penal, como almejado. Precedentes.

4. Em consulta à página eletrônica do Tribunal Estadual constatou-se que um dos embargos à execução foi julgado parcialmente procedente apenas para declarar a

Superior Tribunal de Justiça

decadência do direito de o Estado lançar o débito fiscal apurado relativamente às parcelas anteriores a 4.5.2006 e reduzir a multa para 100%, ao passo que a outra ação ainda não teve o seu mérito examinado, o que revela que a constituição do crédito tributário permanece hígida, não havendo que se falar, assim, na interrupção prematura do processo criminal, tampouco na sua suspensão, nos termos do artigo 93 ante a independência entre as esferas cível, administrativa e penal.

5. Recurso desprovido." (RHC 90.184/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe 2/4/2018, grifei).

"PROCESSUAL PENAL. POLICIAL FEDERAL. CORRUPÇÃO PASSIVA. DENÚNCIA. DESCRIÇÃO FÁTICA SUFICIENTE E CLARA. DEMONSTRAÇÃO DE INDÍCIOS DE AUTORIA E DA MATERIALIDADE. INÉPCIA. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO PENAL. FALTA DE JUSTA CAUSA. AUSÊNCIA DE SUPORTE PROBATÓRIO MÍNIMO. TRANCAMENTO. REVOLVIMENTO FÁTICO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. CONCLUSÃO DE SINDICÂNCIA FAVORÁVEL AO RECORRENTE. NÃO INFLUÊNCIA NO CAMPO PROCESSUAL PENAL. INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS.

1. Devidamente descritos os fatos delituosos (indícios de autoria e materialidade), não há como ter por inepta a denúncia. Plausibilidade da acusação, em face do liame entre a pretensa atuação do paciente e os fatos.

2. Em tal caso, está plenamente assegurado o amplo exercício do direito de defesa, em face do cumprimento dos requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal.

3. O habeas corpus não se apresenta como via adequada ao trancamento da ação penal, quando o pleito se baseia em falta justa causa (ausência de suporte probatório mínimo à acusação), não relevada, primo oculi. Intento, em tal caso, que demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com a via restrita do writ.

4. Estando a persecutio arrimada em diversas provas e não somente em delação premiada de corréu tida pela defesa por imprestável, a alegação de falta de estofa da acusação não prospera.

5. A sentença penal, dependendo dos seus termos, faz coisa julgada no cível e no administrativo, e não o contrário, ou seja, a eventual "absolvição" do paciente em processo administrativo não pode perturbar ou obstar a apuração no âmbito criminal 6. Recurso ordinário não provido." (RHC 49.839/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Maria Thereza de Assis**

Superior Tribunal de Justiça

Moura, DJe 24/6/2016).

Desta feita, não se observa flagrante ilegalidade a justificar a concessão da ordem, de ofício.

Ante o exposto, **não conheço** do presente **habeas corpus**.

P. I.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator

